

A ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MENTAL/INTELLECTUAL NA PERSPECTIVA DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL: políticas públicas, processos cognitivos e aspectos pedagógicos¹

Prof^ª. Márcia Denise Pletsch – PPGEduc/UFRRJ

Resumo: Desde 2009, o grupo de pesquisa se dedica a pesquisar a implementação e operacionalização das políticas federais de inclusão escolar em municípios da Baixada Fluminense/RJ, em particular as formas pelas quais o atendimento educacional especializado tem sido oferecido. Entre outros pontos, as investigações evidenciaram diferentes dificuldades vividas no interior dessas redes de ensino para implementar tais políticas, bem como as diversas estratégias adotadas por elas para cumprir as diretrizes federais, sobretudo no que se refere à escolarização de alunos com deficiência mental, grupo que continua largamente sem acesso à aprendizagem escolar. Levando em consideração esses dados e a escassez de pesquisas científicas recentes sobre os processos de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência mental, o grupo tem investigado as dimensões que envolvem tais processos, a partir dos referenciais histórico-culturais de Vigotski e seus seguidores.

Palavras-chave: deficiência mental/intelectual; processos de ensino e aprendizagem; Teoria Histórico-Cultural

Abstract: Since 2009, the research group is dedicated to researching the implementation and operation of federal policies to educational inclusion in Baixada Fluminense/RJ, in particular the ways in which the specialized educational services have been offered. Among other things, the investigations showed different difficulties experienced within these municipal school systems to implement such policies, as well as the various strategies adopted by them to meet federal guidelines, particularly with regard to schooling directed to students with learning disabilities, group that remains largely without access to educational learning. Taking into account these data and the lack of recent scientific research on the processes of teaching and learning of people with mental disabilities, the group has investigated the dimensions involving such processes, based on the use of historical-cultural references inspired by the work of Vigotski and his followers.

Keywords: mental retardation / intellectual; teaching and learning processes; Historical and Cultural Theory.

O referido trabalho integra as atividades de pesquisa do grupo “Observatório de Educação Especial e inclusão escolar: práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). O grupo é composto por vinte e dois alunos, dos quais cinco (5) são de pós-graduação (mestrado) e os demais (17) são dos cursos de Biologia,

¹ Publicado na Edição Especial da Revista *Educação em Foco*, v. 1, p. 239-250, 2012.

História, Matemática, Geografia e, sobretudo, de Pedagogia. As pesquisas têm sido financiadas com recursos de agências de fomento como o CNPq e a FAPERJ.

As atividades do grupo iniciaram-se em 2009 por meio do projeto “*Observatório de políticas públicas em Educação Especial e inclusão escolar: Estudo sobre as políticas públicas e práticas curriculares em Educação Especial e inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais nos municípios da Baixada Fluminense*”². O referido estudo, finalizado no primeiro semestre de 2012, foi desenvolvido em nove redes de ensino da Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

Desde a criação do grupo de pesquisa temos realizado pesquisas de campo analisando a implementação e operacionalização das políticas federais de inclusão escolar, bem como a forma pela qual o atendimento educacional especializado previsto nas atuais diretrizes vem sendo oferecido em diferentes municípios da Baixada Fluminense. Os resultados, entre outros pontos, vêm evidenciando as contradições, dificuldades e estratégias usadas por essas redes de ensino para implementar tais políticas, especialmente no que se refere à escolarização e ao atendimento educacional especializado dirigido para alunos com deficiência mental ou intelectual (termo utilizado internacionalmente). Outro aspecto evidenciado no estudo se refere à falta de clareza tanto sobre o conceito de deficiência mental adotado pelas políticas públicas, bem como que referenciais teóricos e que estratégias pedagógicas utilizar para promover o aprendizado e o desenvolvimento desse alunado.

O estudo mostrou também que as práticas pedagógicas e as atividades acadêmicas que ocorrem em classes regulares não sofreram qualquer transformação ou adaptação para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência mental. Ou seja, os professores continuam seguindo propostas didáticas tradicionais, pautadas em concepções dicotômicas do processo de ensino e aprendizagem — *normal e especial* (anormal) (GLAT & BLANCO, 2007; BEYER, 2008), sem levar em consideração a diversidade da turma.

As tentativas de modificação na estrutura curricular verificadas consistiam apenas em pequenos ajustes, voltados para uma “facilitação” da tarefa, o que acabava por minimizar as possibilidades de aprendizagens superiores para usar um termo

² Pesquisa financiada pelo CNPq - Processo n ° 400548/2010-0 (Edital MCT/CNPq/MEC/CAPES n° 02/2010). Três bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq (agosto de 2010 a julho de 2011 e agosto de 2011 a agosto de 2012) e duas da FAPERJ (agosto de 2009 a julho de 2010 e abril de 2011 a abril de 2012).

vigotskiano. As atividades escolares observadas, de maneira geral consistem, na maior parte das vezes, em tarefas elementares como recortar, colar, pintar, copiar. Ou seja, atividades que não favoreciam o desenvolvimento de habilidades cognitivas mais elaboradas necessárias para a construção de conceitos científicos que envolvem conhecimentos abstratos (por exemplo, a relação entre o signo representado pelo número um e a quantidade que ele representa).

Estabelecer esse tipo de relação conceitual é uma das principais dificuldades enfrentadas pelos sujeitos com deficiência mental em sala de aula, pois tal construção demanda generalização e abstração, habilidades nem sempre propostas nas práticas docentes, conforme verificado em estudos anteriores (PLETSCH, 2010). Para proporcionar este tipo de desenvolvimento deveriam ser oferecidas atividades que justamente desenvolvam tais capacidades. Entretanto, não temos observado tal prática na realidade. Ao contrário, podemos dizer até que, de certa forma, a escola, tem contribuído, nos casos até então observados, para uma maior “cristalização” da deficiência mental ao invés de sua compensação. Vigostki já alertava para esse problema (apud VEER & VALSIER, 2001, p. 87) ao afirmar que “o potencial do desenvolvimento para crianças defeituosas [refere-se às crianças com alguma deficiência] deveria ser buscado na área das funções psicológicas superiores” e não nas elementares. A este respeito Pletsch (2010) lembra que a aprendizagem “não ocorre de maneira espontânea, mas sim a partir da interação e do desenvolvimento de práticas curriculares planejadas e sistematizadas de forma intencional” (p. 187).

Nessa direção, temos verificado que os alunos com deficiência mental, de maneira geral, não estão desenvolvendo processos de ensino e aprendizagem que lhes possibilitem uma vida mais autônoma e cidadã. A maioria sabe apenas realizar tarefas consideradas elementares. Além disso, a pesquisa evidenciou que muitos alunos com a deficiência mental, por não terem sido alfabetizados, acabam sendo encaminhados para classes de Educação de Jovens e Adultos (EJA), denominadas pelas redes de ensino de “EJA especial”. A este respeito temos duas hipóteses. A primeira, indicando, dessa maneira, que a inclusão escolar, tal como prevista na legislação, não garantiu o direito à educação desses sujeitos na idade regular. A segunda, é que a opção não “oficial” de algumas redes em criar turmas de “EJA Especial” venha ocorrendo em decorrência das mudanças políticas em processo desde 2008, com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e das Diretrizes do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial

(BRASIL, 2009), que preveem a inclusão em classe regular de todos os alunos com alguma necessidade educacional especial e a garantia de recursos do FUNDEB³ “em dobro” para os que recebem o atendimento educacional especializado (AEE) em salas de recursos multifuncionais ou centros de AEE (antigas escolas especiais resinificadas para realizar o AEE).

Em síntese, observamos os inúmeros problemas enfrentados pelas escolas e redes de ensino para promover a escolarização aos alunos com deficiência mental. Entretanto, o dado que mais nos preocupa é a baixa escolaridade oferecida a esses alunos. A não aprendizagem de alunos com deficiência mental vem sendo apontada por diversos pesquisadores (MAFEZONI, 2002; MIRANDA; 2003; PIECZKOWSKI, 2003; POSSIDIO, 2004; GARCIA, 2005; RIBEIRO, 2006; PLETSCHE, 2010; REDIG, 2010; PLETSCHE & GLAT, 2012).

É tomando como base esses resultados que iniciamos no primeiro semestre de 2012 um estudo⁴ com o objetivo de analisar as diferentes dimensões que envolvem os processos de ensino e aprendizagem de alunos com essa deficiência em contextos distintos de escolarização, a saber: educação infantil, anos iniciais (6 a 9 anos de idade) e finais do ensino fundamental e a Educação de Jovens e Adultos. A base teórica adotada focará os referenciais histórico-culturais de Vigostki (1997, 2001, 2003) e seus seguidores, sobretudo Lúria e Leontiev (2003). Além desses referenciais pretendemos analisar as produções de pesquisadores nacionais e internacionais sobre os diferentes conceitos adotados por Vigostki, dentre os quais destacamos: Anna Luiza Bustamante Smolka⁵, Maria Cecília Rafael de Góes⁶, Angel Pino⁷ e Janette Friedrich⁸.

A metodologia de pesquisa é qualitativa e como procedimentos de coleta de dados temos adotado a observação participante (registro em diário de campo), a filmagem de práticas pedagógicas e interações entre os sujeitos envolvidos na pesquisa, entrevistas com professores e outros agentes escolares. Também temos recolhido

³ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

⁴ Projeto de pesquisa intitulado “A escolarização de alunos com deficiência mental/intelectual: políticas públicas, processos cognitivos e aspectos pedagógicos”, financiado pelo Edital Apoio a Projetos de Pesquisa na área de Humanidades/ 2011 (Proc. FAPERJ n.º 110.061/2012).

⁵ Professora da Unicamp e coordenadora dos grupos de pesquisa “Pensamento e Linguagem” e “Cognição, Interação e Significação”.

⁶ Professora da Unicamp e coordenadora do grupo de pesquisa “Práticas educativas e relações sociais no espaço escolar e não escolar”.

⁷ Professor aposentado da Unicamp, integrante do grupo de pesquisa “Pensamento e Linguagem”.

⁸ Professora da Universidade de Genebra e coordenadora do grupo de pesquisa “História e Epistemologia das Ciências da Linguagem”.

atividades desenvolvidas pelos alunos com deficiência mental como cópias de cadernos (ANDRÉ & LUDKE, 1986; GÓES, 2000; POUPART, et al, 2008; PLETSCH, 2010; GLAT & PLETSCH, 2011).

É interessante ressaltar que estudos envolvendo essa temática são escassos em nosso país. De acordo com Anache & Mitjans (2007) estudos sobre o processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência mental⁹ foram inexpressivos nos últimos anos, apenas 6% dos trabalhos analisados no Portal da Capes (sete pesquisas num total de 122) o fizeram. Dados semelhantes foram identificados por Antunes et al (2010) ao analisar as produções nas áreas da Educação, Psicologia e Ciências Sociais disponíveis no banco de dados SCIELO-Brasil (Scientific Eletronic Library Online) no período de 1994 até 2009 sobre a escolarização de pessoas com deficiência mental.

Esses dados reforçam a importância de investigações envolvendo os processos de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência mental, sobretudo se levarmos em consideração as atuais políticas que privilegiam a inclusão desses sujeitos em classes comuns da rede regular de ensino, especialmente a partir da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e das Diretrizes do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade de Educação Especial (BRASIL, 2009). Ademais, dados recentes do Ministério da Educação (BRASIL, 2008) apontam que dos 700.824 alunos matriculados em modalidades de Educação Especial 330.794 (aproximadamente 47%) apresentam deficiência mental. Embora a política educacional vigente privilegie a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em turmas comuns, e, inclusive, incentive a descontinuidade dos serviços especializados substitutivos (BRASIL, 2008; 2009) alunos com deficiência mental continuam, majoritariamente, matriculadas em classes e/ou escolas especiais (226.429 num total de 330.794, mais de 68%) (BRASIL, 2008).

Outro aspecto que reforça a necessidade de investigações dessa natureza se refere à apresentação do atual sistema de definição da deficiência mental pela Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (2010), que se autodeclara histórico-cultural. Vale mencionar que, o termo deficiência intelectual vem sendo disseminado desde a *Conferência Internacional sobre Deficiência Intelectual*,

⁹ Atualmente vem sendo usando o termo deficiência intelectual para designar as pessoas com deficiência mental conforme indicado pela Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AADID, 2010). Nesse texto usaremos os dois termos como sinônimos.

realizada em 2001, no Canadá, por recomendação da *International Association for the Scientific Study of Intellectual Disabilities* (IASSID) – Associação Internacional de Estudos Científicos das Deficiências Intelectuais. Todavia, somente em 2010 a Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AADID), anteriormente denominada de Associação Americana de Retardo Mental (AARM), incorporou o novo termo ao seu modelo de classificação e sistema de suportes.

De acordo com diferentes autores, não se trata simplesmente da troca de uma expressão por um sinônimo menos estigmatizante. Esta mudança no manual da AADID — fruto de amplo debate nos meios científicos internacionais — representa um novo paradigma em termos de definição do construto de deficiência intelectual em processo desde a definição e classificação apresentada pela então AAMR em 2002 (SCHALOCK, et al, 2007; WEHMEYER, et al, 2010; ALONSO & SCHALOCK, 2010; PLETSCH, 2010; GLAT & PLETSCH, 2011; VALENTIM, 2011; PLETSCH & GLAT, 2011). A este respeito cabe mencionar que ainda não temos pesquisas em desenvolvimento no Brasil sobre as atuais preposições da Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AADID), nem mesmo comparando os modelos de classificação de 2010 com 2002. A este respeito temos desenvolvido no grupo análises comparando os dois modelos para compreender as diferenças conceituais e epistemológicas presentes nos termos deficiência mental e intelectual, bem como entender em que medida a proposta colocada pela AADID é de fato histórico-cultural.

Nesse sentido, apresentamos a seguir algumas das questões que têm figurado em nossas investigações, a saber: Que referenciais a AADID têm usado para fundamentar suas premissas em relação ao manual de deficiência intelectual apresentado em 2010? Que práticas curriculares podem possibilitar a construção de conceitos científicos necessárias para o desenvolvimento das funções superiores que, segundo Vigotski referem-se aos processos que caracterizam o funcionamento psicológico tipicamente humano? Que relações em sala de aula favorecem o processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência mental? Como vem ocorrendo a mediação pedagógica em contextos inclusivos? Que estratégias os alunos com deficiência mental incluídos tem utilizado para compensar sua “deficiência”?

A partir da proposta de pesquisa (em andamento), sucintamente apresentada ao longo deste texto, objetivamos contribuir com pesquisas e o planejamento de novas práticas e intervenções para garantir aos alunos com deficiência intelectual

aprendizagens que lhes possibilitem o desenvolvimento de funções psicológicas superiores necessárias para uma vida mais autônoma e cidadã.

Referências bibliográficas

ANDRÉ, M.; E. D. A. & LUDKE, M. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. EPU. São Paulo, 1986.

ALONSO, M. A. V. & SCHALOCK, R. L. Últimos avances en el enfoque y concepción de las personas com discapacidad intelectual. In: *Revista Española sobre Discapacidad Intelectual*, v. 41 (4), nº 236, p. 7-21, Espanha, 2010.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE RETARDO MENTAL. *Retardo mental – definição, classificação e sistemas de apoio* (2002). 10ª edição. (tradução Magda França Lopes). Editora: ARTMED, Porto Alegre, 2006.

AAIDD. *Intellectual disability – definition, classification, and systems of supports*. EUA, 11ª edição, 2010.

ANACHE, A. A.; MITJÁNS, A. M. Deficiência mental e produção científica na base de dados da CAPES: o lugar da aprendizagem. In: *Revista Psicologia Escolar e Educacional*, v. 11, nº. 2, Campinas/SP, p.253- 274, 2007.

ANTUNES, K. C. V.; et al. Uma análise da produção científica sobre deficiência intelectual na base de dados Scielo: o processo de ensino aprendizagem. In: Anais do IV Congresso Brasileiro de Educação Especial e IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Educação Especial, São Carlos/SP, p. 1-17, 2010.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, janeiro de 2008.

_____. *Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Resolução 4*. Brasília, 2009.

BEYER, H. O. O projeto político-pedagógico da educação inclusiva e a gestão educacional: reflexões com a área de Educação Especial da Secretaria de Educação do Estado do Rio grande do Sul. In: FREITAS, S. N. (orgs.). *Tendências contemporâneas de inclusão*, Editora da UFSM, Santa Maria, p. 77-90, 2008.

GLAT, R.. & BLANCO, L. de M. V. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, R. (org.). *Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. (Coleção Questões atuais em Educação Especial, v. VI), Editora Sete Letras, p. 15-35, Rio de Janeiro, 2007.

GLAT, R. & PLETSCHE, M. D. Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Editora Eduerj, Rio de Janeiro, 2011. (Série Pesquisa em Educação)

GÓES, M. C. R.. A abordagem microgenética na matriz histórico-cultural: uma perspectiva para o estudo da constituição da subjetividade. *Cadernos CEDES*, v. 20, p. 9-25, 2000.

MAFEZONI, A. O processo de escolarização de alunos com deficiência mental incluídos nas séries finais do ensino fundamental. 2002. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, 2002.

- MIRANDA, A. A. B.. *A prática pedagógica do professor de alunos com deficiência mental*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista, Piracicaba/SP, 2003.
- OLIVEIRA, A. A. S. de. Adequações curriculares na área da deficiência intelectual: algumas reflexões. In: OLIVEIRA, A. A. S.; OMOTE, S.; GIROTO, C. R. M. *Inclusão Escolar: as contribuições da Educação Especial*. Editora Fundepe e Cultura Acadêmica, São Paulo, p. 129-154, 2008.
- PIECZKOWKI, T. M. Z. *O processo de integração/inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais – deficiência mental em escolas regulares do município de Chapecó-SC*. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo/RS, 2003.
- POSSIDIO, A. L. M. de. *Inclusão: do pensar ao agir no cotidiano escolar*. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, 2004.
- POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L. H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P. *A pesquisa qualitativa – enfoques epistemológicos e metodológicos*. Editora Vozes, Petrópolis/RJ, 2008.
- PLETSCH, M. D. Observatório de políticas públicas em Educação Especial e inclusão escolar: Estudo sobre as políticas públicas e práticas curriculares em Educação Especial e inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais nos municípios da Baixada Fluminense. *Projeto de Pesquisa*, 2009.
- PLETSCH, M. D. *Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual*. Editora EDUR/NAU, Rio de Janeiro. (Serie Docência.doc), 2010.
- PLETSCH, M. D. & GLAT, R. A escolarização de alunos com deficiência intelectual em diferentes contextos educacionais. In: *Anais do Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Pesquisa (ANPED)*, outubro de 2011 em Natal/RN.
- PLETSCH, M. D. & GLAT, R. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. Artigo aceito para publicação na *Revista Linhas Críticas da Unb*, Brasília/DF, 2012.
- REDIG, A. G. *Ressignificando a Educação Especial no contexto da educação inclusiva: a visão de professores especialistas*. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2010.
- RIBEIRO, J. C. C.. *Significações na escola inclusiva – um estudo sobre as concepções e práticas de professores envolvidos com a inclusão escolar*. 226f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília (UNB/DF), Brasília, 2006.
- SCHALOCK, R. L. et al. El Nuevo nombre del retraso mental: comprendiendo el cambio al término discapacidad intelectual. In: *Revista Española sobre Discapacidad Intelectual*, 38 (4), Espanha, 2007.
- VALENTIM, F. O. D. *Inclusão de alunos com deficiência intelectual: considerações sobre avaliação de aprendizagem escolar*. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), São Paulo, 2011.
- VIGOTSKI, L. S. *Obras escogidas V*. Visor. Madrid, 1997.
- VIGOTSKI, L. S.. *A formação social da mente*. Martins Fontes, São Paulo, 2003.

VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. (org.). *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 10ª edição, Ícone editora, São Paulo, p. 39-58, 2006.

VEER, R. V. D.; VALSIEER, J. *Vygostky – uma síntese*. Editora Loyola, 4ª edição, São Paulo, 2001.

WEHMEYER, M. L. et al. La deficiência intelectual. In: *Center for International Rehabilitation*. Disponível em: <http://cirrie.buffalo.edu/encyclopedia/es/article/15/>. Acessado em: março de 2011.